

O Consun de 7/3 debruçou-se sobre temas importantes, que vêm aguçando a crise da universidade neste início de semestre. No item referente à definição de parâmetros acadêmicos para orientação de gestão e fixação e oferta de vagas para o vestibular, a professora Alexandra Geraldini apresentou seu relatório que concluía pela formação de um grupo de trabalho para estudar a situação do vestibular.

A professora apresentou números preocupantes. Neste vestibular de Verão, apenas 11 cursos mantiveram procura idêntica ou superior a 2011, enquanto outros 30 diminuíram sua demanda.

O reitor lembrou algumas sugestões e enfatizou a necessidade do chamado vestibular social, que favoreceria os cursos com demanda reprimida. Seis conselheiros do Consun formaram o grupo, que deve começar a trabalhar nas próximas semanas (veja na página 2 as sugestões da APROPUC para o concurso vestibular).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Por outro lado os representantes discentes de Direito, FEA e Ciências Sociais solicitaram ao reitor uma audiência pública onde o professor Dirceu de Mello, juntamente com os secretários-executivos da Fundasp possam explicar melhor a situação que gerou o aumento de mensalidades e o fechamento de

CONSUN ANALISA VESTIBULAR E QUESTIONA APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO

Alunos querem audiência pública para gestores explicarem aumento das mensalidades e turmas fechadas.

turmas em diversos cursos.

Uma aluna do curso de Fisioterapia de Barueri veio protestar junto ao Conselho pelo fechamento da turma de primeiro ano. Para ela esta medida levará a universidade a um situação de diminuição drástica de seus cursos. Entre as causas diagnosticadas pela estudante para o caso da Fisioterapia estão a localização desfavorável de Barueri e o alto valor da mensalidade. Os alunos e pais dos alunos que ingressaram em primeira chamada e não puderam cursar as disciplinas ficaram revoltados com a universidade, pois já tinham suas vidas planejadas para 2012.

O reitor confirmou sua presença na audiência pú-

blica e informou que aguarda a disponibilidade dos secretários-executivos para marcar a reunião.

ORÇAMENTO MODIFICADO

Outro tema que gerou polêmica no Consun foi a mudança na proposta orçamentária aprovada pelo Consun. Os conselheiros aprovaram, no final de 2011, um orçamento que elevava as mensalidades em 9% (isto apesar da proposta dos estudantes que queriam um aumento igual ao da inflação, 6,5%).

Ao chegar no Consad (Conselho de Administração), o reitor manteve a proposta do Consun, mas

os dois secretários-executivos não concordaram com os 9% e sugeriram ao Conselho Superior da Fundação São Paulo que aplicasse 10%. O Conselho Superior da Fundasp, formado pelo Arcebispo Metropolitano de São Paulo, pelos Arcebispos e Bispos do Estado de São Paulo; pelos Reitor e Vice-Reitor e pelos benfeitores da Fundação escolhidos na forma dos seus estatutos apresentou índices diferenciados que superavam os 10%. Esta atitude foi criticada por vários conselheiros que resolveram cobrar uma manifestação do Conselho Superior da Fundasp.

No item relativo à complementação da composição docente foi apresentado o quadro de carreira da universidade referente a auxiliares de ensino, titulares e associados (já que os mestre e doutores já foram enquadrados dentro dos parâmetros discutidos pelo Consun).

A professora Maria Amália, porém, lembrou que existem ainda vários casos pendentes. Alguns destes casos estão dentro do pedido de vistas feito pelo Padre João Julio ou referem-se a pendências oriundas de recursos.

O quadro apresentado pela DRH (Divisão de Recursos Humanos) foi aprovado, porém a professora Margarida Limena lembrou que, pelas normas da universidade todo professor deve ingressar como auxiliar de ensino, independente de sua titulação. Porém, vários departamentos têm 0 (zero) vagas para esta categoria.

APROPUC apresenta propostas para um novo vestibular

O Consun de 7/3 formou um grupo de trabalho para estudar possíveis encaminhamentos para solucionar problemas que a universidade hoje enfrenta com o ingresso cada vez menor de estudantes.

É bom lembrar que a APROPUC vêm discutindo há muito tempo as possíveis causas da crise da universidade e encaminhando soluções. Entre as

propostas que a entidade encaminhou está a criação de mensalidades diferenciadas, atendendo a cursos que hoje têm uma demanda reprimida, de maneira a otimizar classes sem que o ponto de equilíbrio do curso seja afetado.

Incremento em publicidade que atinja públicos alternativos utilizando-se mídias próprias a segmentos da população que nem

sempre são atingidos pelas mídias tradicionais.

Um calendário mais flexível que viabilize a inclusão de alunos de outras chamadas, transferências e vestibulares complementares, para que as turmas que hoje são fechadas possam funcionar normalmente.

Por outro lado, do ponto de vista da docência, estas medidas só funcionarão eficazmente se hou-

ver uma melhor articulação entre ensino, pesquisa e extensão com a incorporação das aulas da Cogear ao contrato docente. A existência da maximização, por outro lado, emperra qualquer possibilidade de mudança mais efetiva deste quadro.

Todas estas alterações já foram encaminhadas aos gestores da universidade em várias oportunidades.

Calourada Unificada recebe novos estudantes e aponta contradições da universidade

A Calourada Unificada dos estudantes da PUC-SP, que ocorreu entre os dias 5 e 9/3, mobilizou os novos estudantes com diversas atividades e debates instigantes sobre concepção de educação e conjuntura internacional. Além dos debates também ocorreu uma festa no dia 8/3 que reuniu calouros e veteranos em uma divertida confraternização no dia internacional da mulher.

As entidades responsáveis pela calourada tiveram a preocupação de realizar atividades com um caráter mais descontraído, como o "caça bolsas", um ato em alusão a diminuição no número de bolsas concedidas pela universidade. Os estudantes também organizariam durante o fechamento desta edição uma atividade em frente ao refeitório para reivindicar preços mais acessíveis no bandeirão da universidade.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

No debate sobre a situação internacional, o jornalista Fábio Nassif abordou as recentes mobilizações dos estudantes chilenos por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Para ele, que co-

bruiu as mobilizações no Chile, a ação dos estudantes encarou o grande desafio de lutar contra os pilares do neoliberalismo, que prevêem entre outras coisas, cortes de gastos sociais.

"Os manifestantes que foram às ruas no Chile não lutavam apenas por educação, mas para inverter a lógica do Estado chileno de cortar gastos em áreas sociais para garantir o lucro dos grandes empresários e especuladores financeiros", afirmou Nassif.

BRASIL VERSUS CHILE

O jornalista ainda fez um paralelo entre a educação chilena e brasileira, mostrando que, no Brasil, mesmo durante o governo do PT, a educação foi privatizada no país.

"As políticas estatais que propiciaram essa inversão foram gestadas durante os dois governos de FHC, e se tornaram ainda mais concretas com o governo Lula, consolidando programas como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e culminando na criação do Programa Universidade Para Todos (ProUni). Assim, verbas da educação pública foram revertidas para os grandes grupos de educação



Calouros acompanham debate no Museu da Cultura sobre conjuntura internacional

brasileira, enquanto a educação pública vem sendo sucateada e a qualidade de ensino deixada em segundo plano".

Para o jornalista, cabe ao Movimento Estudantil brasileiro não

aceitar essas medidas, seguindo o exemplo dos estudantes chilenos: ir às ruas para lutar contra medidas que privatizam a educação e priorizam o lucro dos grandes empresários do ensino.

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar - Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Caio Rubens Zinet, Marina D'Aquino e Ana Carolina Andrade

Fotografia: Marina D'Aquino

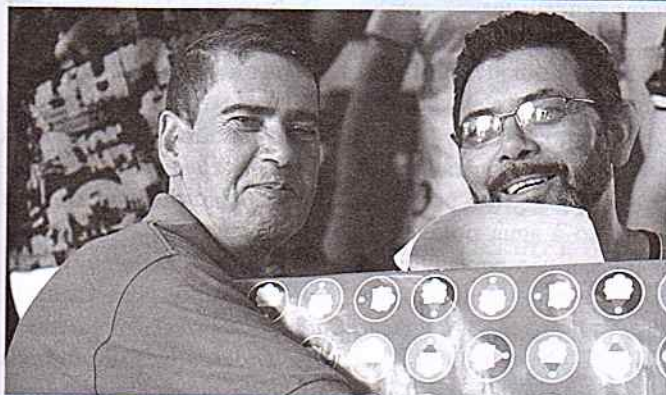
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtardt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

FUNCIONÁRIOS FAZEM A FESTA

No encerramento do ano letivo os funcionários reuniram-se mais uma vez para uma alegre confraternização no campus Santana. Durante toda tarde do dia 23/12 a música correu solta, junto a muita comida e alegria. Nesta página reproduzimos um pouco da alegria dos funcionários. Mas quem quiser conferir mais detalhes aguarde os próximos dias que um vídeo do evento será disponibilizado no site da APROPUC.

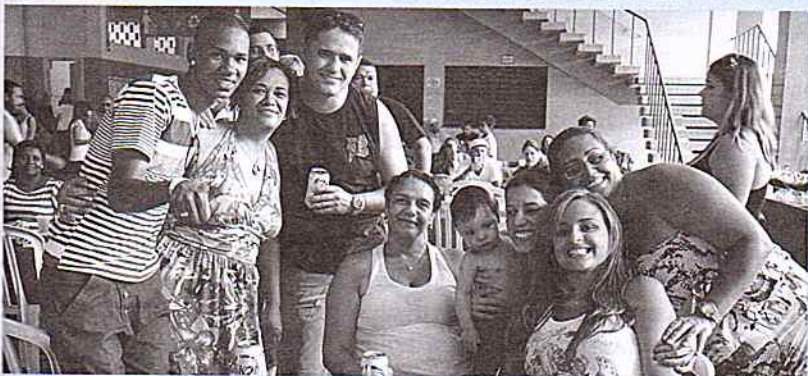


FOTOS DE MARINA D'AGUIÑO

O aguardado momento da entrega dos presentes



Mais uma vez Papai Noel Informático fez a festa das crianças



Cerveja, samba e forró fizeram os funcionários esquecerem um ano cheio de dificuldades

GAUCHE NA VIDA

Luislinda Valois: o perfil de uma mulher negra batalhadora

A juíza baiana Luislinda Dias de Valois Santos foi promovida a desembargadora titular do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) durante sessão plenária extraordinária ocorrida dia 19/12/2011. Na ocasião, outros cinco desembargadores também foram nomeados, sendo três pelo critério de merecimento e outros três pelo critério de antiguidade.

Luislinda Valois é considerada a primeira juíza negra do Brasil e tentava a promoção desde 2003, mas o caso nunca foi votado pelo Tribunal. No dia 6/12/2011, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou por unanimidade que o TJ-BA julgasse o caso de Valois. "Agora é hora de deixar o passado para trás e comemorar", diz.

Aos 9 anos, quando um professor sugeriu que ela fosse "aprender a fazer feijoada na casa de uma branca" por não possuir o material adequado para uma aula de desenho, a baiana Luislinda decidiu que seria juíza. Cumpriu a promessa e tornou-se a primeira magistrada negra do País. Também foi Luislinda quem proferiu a primeira sentença contra o racismo no Brasil. Reconhecida por lutar pelas causas contra o preconceito racial, Luislinda Valois atua como magistrada do Tribunal de Justiça da Bahia. "Eu costumo dizer que sou a primeira juíza negra, rastafari, cabelo vermelho do Brasil", brinca a desembargadora.

Ao ser indagada sobre racismo no trabalho, Valois diz: "a todo instante a gente

passa por isso. Recentemente, eu estava no juizado da Faculdade Jorge Amado e uma advogada veio e sentou na minha cadeira. Eu olhei assim e pensei 'não, não é possível'. Eu disse: 'doutora, essa cadeira é minha'. E ela disse: 'não, essa cadeira não é sua, essa cadeira é do juiz'. E eu falei: 'Mas eu sou a juíza'. Essa criatura só olhou para o meu cabelo. Ela não olhou pra mim como gente, ser humano, mulher. Aí ela disse: 'Mas só um pouquinho, deixa eu terminar aqui'. E eu disse: 'não tem pouquinho. Tem que a senhora, por favor, vai ceder o meu lugar. Porque para chegar aí eu estudei muito. E ainda estudo'. Essa advogada nunca mais apareceu lá."

Toda vida dá um livro? A história da baiana Luislinda Dias de Valois Santos renderia um dos bons. Teria aquele tom épico de quem venceu a pobreza e cumpriu uma promessa, deixaria no finalzinho aquela faísca inspiradora capaz de nos fazer acreditar que basta trabalhar e persistir para nos tornarmos quem queremos ser. O professor de Luislinda esperava que ela passasse a vida cozinhando na casa dos brancos, teve a crueldade de lhe dizer isso, mas Luislinda, então com nove anos, retrucou, dizendo que na verdade seria juíza. Dito e feito. Tornou-se a primeira juíza negra do Brasil, não à toa a primeira magistrada a proferir uma sentença contra racismo no País.

Mas não é disso de que trata seu primeiro livro, "O

negro no século XXI" (Ed. Juruá), que Luislinda lançou em agosto último na Bahia (em junho foi lançado em Curitiba, onde a magistrada residiu por oito anos). Em setenta e duas páginas, a juíza procura fazer um panorama da situação atual do negro em diversas áreas (lazer, educação, trabalho, justiça social, políticas públicas, esporte) apesar da grande abrangência desses temas. Luislinda tem o mérito de trocar o 'juridiquês' por uma linguagem simples e direta. Leia trecho:

"Precisamos garantir aos negros pobres, das periferias, o direito à água potável, ao ar puro, à não contaminação, ao saneamento básico, ao abrigo digno, à alimentação saudável. Isso não ocorre, atualmente, nas grandes metrópoles, que não oferecem políticas públicas para as comunidades periféricas. Poucas são as oportunidades criadas no intuito de construir uma sociedade mais democrática e humana. Quando as necessidades básicas forem garantidas, poderemos alcançar o desenvolvimento de uma classe voltada a Ser mais e não a Ter mais, na qual atualmente o negro poderá integrar-se ao contexto como parte atuante na promoção do desenvolvimento".

E a desembargadora Luislinda Valois não para por aí. Já escreveu também um livro sobre mediação de conflitos, mostrando a experiência do Balcão de Justiça e Cidadania, que já está pronto. O nome é "Mediação: uma solução de conflitos".

E escreveu outro sobre cemitérios. O nome é "Cemitério: uma abordagem técnica, médica e jurídica", a qual é responsável pela parte jurídica. Relata Valois: "passei trinta dias visitando cemitérios. Tudo começou assim: tem uma moça que vem aqui em casa fazer a limpeza e um dia eu a acompanhei no enterro da sobrinha dela, na Quinta dos Lázaro (Salvador). Quando cheguei lá e vi aquela situação, fiquei assustada demais. Pensei: 'meu Deus, será que o negro nem na hora de morrer tem dignidade?' Era mosca, mosquito, crânio de um bebê, dentadura de um outro, tudo assim, exposto. Quando vi aquilo, pensei que tinha que fazer alguma coisa."

A desembargadora ainda prepara outro livro em parceria com seu filho, promotor em Sergipe, sobre perícias ambientais.

O artigo acima foi compilado por João Batista Teixeira da Silva a partir de informações obtidas na Revista Muito >> Blog Archive >> Muito#69e instituto de pesquisas das culturas negras. blogspot.com/2010/12/juiz-negra-luislinda-valois-com-viver.html

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

FALA COMUNIDADE

Carta ao Reitor e ao Grão Chanceler da PUC-SP

*Anna Maria
Garzone Furtado*

Muito intrigante e instigante tem sido a resistência dos Srs. no cumprimento das sentenças ganhas e proferidas pelo Tribunal Eclesiástico de São Paulo.

Ao Grão Chanceler que, com fundamento no Estatuto e Regimento da Universidade a Profa. dirigiu-se à Igreja Católica, tendo em vista o longo período de Assédio Moral do qual foi vítima na instituição, requisita o julgamento da situação, uma vez que, como docente da Universidade, cabe à Igreja a parte moral e espiritual.

Ao Sr.Reitor: por que a resistência em acatar as sentenças e colocar-se contra a Profa. se uma de suas afirmações é que o caso não foi de sua época?

Por que nunca se preocupou em conhecer de perto, os fatos e as provas? Não se evitaria a um julgamento justo e honesto?

Uma vez que é tão cioso ao cumprimento da Constituição Brasileira, à reparação Igreja/Estado, levantam-se algumas perguntas:

1 - Faz parte da Constituição Brasileira a **falsificação de documentos**? Aluno que falsifica documentos para ser aprovado cometeu crime? **É constitucional**?

2 - Dentro dessa linha, **direito à defesa**: "Todo aquele que se sentir lesado em seu direito de defesa,

tem o direito de recorrer às vias judiciais CF/88-art.5º, inciso LV; Lei nº 10.177/98-art.22).

3 - Todas as acusações, todos os atos contra a Profa., no período 2000/04 se deram e foram tramados a portas fechadas, sem ter dado o direito à defesa, pegando-a de surpresa. E, no momento que esta, após três anos de pedidos de explicações, toma uma medi-

Todas as acusações, todos os atos contra a Profa., no período 2000/04 se deram e foram tramados a portas fechadas, sem ter dado o direito à defesa, pegando-a de surpresa.

da mais radical, fechando uma porta, para ter esse direito, acusam-na da "prática de crime de cárcere privado", enviam-na ao psiquiatra, e **praticam o bullying dentro e fora da universidade; isso é constitucional?**

4 - A partir desse fato, a prática do "cerco de seguranças", passou a ser comum nas reuniões que ela teria que participar. Prática esta contra bandidos, alegando-se "cumprimento de ordens superiores". **É constitucional?**

5 - **A liberdade de cátedra** que os colegas tiraram

da Profa. ao avaliar à sua revelia, os 4(quatro) alunos que, naquele momento, não podiam ser aprovados? O art. 205, II e o art. 206 da Constituição Federal rezam: "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: liberdade de aprender, ensinar, e...

6 - A legislação infra-constitucional reguladora do assunto no âmbito do Ensino Público Oficial do

considerado crime? No caso da Profa. tais fatos deixaram de ser crimes e foram considerados "necessários"?

9 - **E, a Lei de Imprensa?** Não foi minimamente, respeitada: publica-se matéria altamente degradante da Profa. via internet e, imprensa, sem consultá-la e, não se dá a ela, o direito à resposta.

10 - Pratica-se contra a Profa. o **Assédio Moral, por iniciativa da ex-coordenadora de Licenciatura, endossado pelo Conselho Departamental**, enviando Carta à Reitoria requisitando sua retirada de sala de aula, o que motivou a vigilância de suas aulas e, negando-lhe explicações objetivas. Tudo isto endossado pelas chefias, reitoria e jurídico. Além de imoral, **é crime e, nesse sentido, praticada por psicopatas, sendo inconstitucional, que de acordo com o artigo 136 do novo Código Penal dá dois anos de reclusão.**

11 - Tanto a Constituição Brasileira em seus artigos 5º e 10º asseguram as reparações pelos danos morais, como o Código Civil em seus artigos 12, 186, 927, 932 e 949, ficando configurada a obrigação de reparação dos danos, da mesma forma, a culpa do agente.

12 - Ainda, dentro da Lei, Sr. Reitor, a Profa. se utilizou da legislação federal,

7 - **Apoiando-se na Constituição Brasileira, a demissão da Profa. foi inconstitucional e ilegal** pelo recurso apresentado por um de seus colegas, do Direito da PUC/SP

8 - Como a Constituição Brasileira considera o **sumiço de documentos de um processo e/ou a adulteração de relatórios?** É

continua na página seguinte

continuação da
página anterior

MOVIMENTOS SOCIAIS

Ato show com 3 mil comemora 8 anos do Pinheirinho

estatutária e regimental fornecida pelo Jurídico da Universidade, que resumindo "nem intervenção federal pode mexer em nota de aluno". Esta mesma chefia passou, posteriormente, a integrar o Assédio.

Sr. Grão Chanceler, Sr.Reitor, dando a devida atenção pode-se observar que o julgamento feito pelo Tribunal Eclesiástico não foga a nenhum item da Constituição Brasileira, ou seja não a fere.

É constitucional, senhores, condenar a Profa. por defender e preservar a imagem de uma Universidade competente, honesta e justa? Foi esse o julgamento que o Tribunal fez, o que até o momento quase ninguém da instituição teve a dignidade de reconhecer, juntamente com a humildade de assumir as irregularidades constitucionais.

Nem na ditadura a Profa. sofreu tal perseguição! E, aí, Sr. Reitor, como é que ficam os princípios democráticos pela Constituição atual?

A Profa. tem gratidão pela parte da Igreja que a ouve, embora nada possa fazer.

Os que têm poder não querem usá-lo para impor a verdade. Sr. Grão Chanceler, "o desprezo à verdade leva a passar por cima da dignidade das pessoas" (escrito seu no artigo do Estadão de 08/10/11). Intrigante, instigante, não é?

Anna Maria Garzone Furtado, ex-professora da PUC-SP, das Faculdades de Ciências Sociais e Educação. A íntegra deste artigo encontra-se na sessão Fala Comunidade no endereço eletrônico www.apropucsp.org.br

Cerca de 3 mil pessoas participaram do ato-show que aconteceu no último dia 3/3, para lembrar o aniversário de 8 anos da Ocupação Pinheirinho, que seria completado no dia 26/2, caso a desocupação da área não tivesse se concretizado.

A manifestação, que contou com a presença do rapper GOG, Poesia Samba Soul, Preto Soul, a banda Forró Nova Onda, entre outros artistas, também foi uma denúncia da violenta desocupação do terreno ocorrida em 22/1.

Durante a atividade também ocorreu o lançamento do filme "Pinheirinho: tiraram minha casa, tiraram minha vida", do cineasta argentino Carlos Pronzato. Toda a programação aconteceu no chamado "campão", local onde os moradores do Pinheirinho viviam.

HISTÓRICO

A ocupação do Pinheirinho aconteceu em 2004, quando moradores que não tinham onde morar construíram suas casas no terreno vazio do megaespeculador, Naji Nahas. Antes da ação violenta de desapropriação, comandada pelo governo do estado de São Paulo e pela prefeitura de São José dos Campos, cerca de 9 mil pessoas moravam no local.

Valdir Martins de Souza, o Marrom, declarou ao blog *Solidariedade à Ocupação do Pinheirinho* que, "apesar da reintegração de posse, os moradores não desistiram da luta. Mesmo com a tru-



Público assiste aos shows de protesto

culência da PM, o autoritarismo do prefeito Cury e da juíza Márcia Loureiro não conseguiram acabar com a unidade dos moradores. Nossa luta perma-

nece até que cada uma das famílias consiga recuperar o direito a sua parte do Pinheirinho. Queremos que o governo federal desapropriar o Pinheirinho".

MTST realiza ocupações em Embu e Santo André

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) organizou, no último dia 2/3, duas ocupações na grande São Paulo, uma em Embu e outra em Santo André. As ocupações foram chamadas de "novo Pinheirinho", em resposta ao recente despejo da comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos.

De acordo com lideranças do movimento, as ocupações visam pressionar as autoridades de cada cidade para uma solução para o déficit habitacional. Ainda de acordo com o movimento, 800 famílias ocupam o terreno em Embu, e outras 450 estão no terreno de Santo André.

A área ocupada pelo MTST em Embu tem cerca de 433.800 m², e pertence à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). O órgão do governo estadual adqui-

riu o terreno em 1998, e deveria ter construído 1200 moradias populares no local.

Já o terreno em Santo André tem cerca de 50 mil m² foi ocupado pelo movimento como forma de pressionar a prefeitura da cidade a honrar um acordo feito com o movimento de construção de moradias populares para as cerca de 700 famílias que foram despejadas em 2010 do acampamento "Nova Palestina".

Em nota, o MTST afirmou que as famílias despejadas "continuam até hoje sem ter onde morar. Depois de muitas lutas na cidade, de vários esforços de negociação - todos fracassados - a ocupação surge como a única opção para fazer valer o acordo estabelecido e ampliá-lo para que beneficie mais famílias no município que cada vez mais sofre com a especulação imobiliária".

MOVIMENTOS SOCIAIS

Mulheres lotam ruas do centro de São Paulo para reivindicar seus direitos

No tradicional 8 de Março, mulheres saíram novamente às ruas para reivindicar seus direitos. A data é comemorada como dia internacional da Mulher desde 1922 relembrando a grande onda grevista das trabalhadoras têxteis de Nova Iorque (EUA), em 1908 e 1911, e também em 1917, na Rússia quando operárias têxteis saíram às ruas contra a fome, a guerra e a tirania.

Em São Paulo, mulheres e homens marcharam pelas ruas do centro de São Paulo, saindo da Catedral da Sé e seguindo até a praça da República. Organizações como Marcha Mundial de Mulheres, Frente de Luta por Moradia, União Brasileira de Mulheres, Via Campesina centrais sindicais como Força Sindical, CUT e CSP-Conlutas, além de partidos como PT, PSTU e PSOL estiveram presentes ao ato. As estudantes da PUC-SP também estiveram presentes os Coletivos Feministas Yabá, 3 Rosas e Lindonéia, além da Frente Feminista que congrega estudantes de vários cursos da universidade.

MULHERES EM LUTA CONTRA VIOLÊNCIA

O panfleto unificado, em que mais de 117 organizações assinam, reivindica ações como o fim da política higienista do governo do Estado de São Paulo, igualdade salarial, legalização do aborto, entre outras bandeiras.

Cerca de 5 mil pessoas circularam pelo ato que



Mulheres em marcha reivindicam seus direitos. Em destaque, estudante de Direito da PUC-SP segura faixa durante o ato

ocorreu tranquilamente. Para Lurdinha, da coordenação estatual da Marcha Mundial de Mulheres, a data vem para reivindicar o fim de uma sociedade machista, racista e homofóbica, e sua transformação para um mundo justo, igual, e com autonomia e direitos para as mulheres.

Já Gina, militante da comunidade do Pinheirinho, relatou a importância da participação das mulheres nesse ato, e da intensa violência sofrida pelas mulheres da comunidade no processo de reintegração de posse. Gina contou, que as mulheres cumprem papel de liderança e tomam frente do processo na comunidade, e que sofreram igualmente com a violência policial.

Do setorial de Mulheres do PSTU, Ana Pagu, lembra que as principais reivindicações para este 8 de Março são a retomada do Pinheirinho, a reafirmação do compromisso com a legalização do aborto, o fim da violência contra a mu-

lher e a necessidade da construção de 70 mil creches, ausência que, hoje, é a principal razão do desemprego feminino.

Também reivindicando o fim da violência contra a mulher, e a legalização do aborto, Vanessa Koetz, do setorial de Mulheres do PSOL, trouxe ainda a necessidade do fim das remoções forçadas, seja pela política higienista do governo do Estado de São Paulo ou pelos despejos da Copa do Mundo.

Carolina Freitas, estudante do 5º ano de Direito da PUC-SP e participante do Yabá, relembrou as pautas de seu Coletivo, enfatizando o machismo dentro da universidade, principalmente baseado na construção de relações machistas, como ocorre nos trotes e com as Atléticas, a falta de assistência estudantil, que afasta as mães da universidade.

Já Anna Gabriela Coelho, estudante de Jornalismo, membro do Coletivo Feminista 3 Rosas, enfati-

zou a importância da Frente Feminista da PUC-SP, que se fez presente no ato por entender que essas reivindicações não cabem somente à universidade. Anna ainda lembrou que a Frente tem como principal pauta a criação de creches na universidade, uma demanda que vem sendo secundarizada.

ATIVIDADES NA PUC-SP

Além do Coletivo Yabá, que realizou um piquinique com roda de discussão sobre feminismo, o curso de Serviço Social também realizou uma discussão sobre "a opressão de gênero e seus desdobramentos no tráfico de mulheres e dentro da universidade", com a presença da professora Graziela Acquaviva Pavez, Natália Suzuki, Thiago Casteli, da ONG Repórter Brasil, Carolina Freitas, do Coletivo Yabá e Luiza Acorci, do Coletivo Dandara

ROLA NA RAMPA

Rede discute o Tribunal Popular da Terra

A Rede de Defesa e Proteção aos Militantes Ameaçados de Morte se reuniu na terça-feira, 6/3, contando com membros da APROPUC, Tribunal Popular, Comitê Pró-Haiti, Anthares, entre outros. Além de debater suas questões cotidianas, a Rede recebeu o informe de que os valores arrecadados internacionalmente para a comunidade de Pinheirinho já foram repassados aos membros responsáveis, e também

sobre a realização do Tribunal Popular da Terra. O Tribunal tem como objetivo julgar e denunciar os diversos ataques promovidos pelo Estado contra os trabalhadores do campo, indígenas e quilombolas, e será realizado entre os dias 20 e 22/4 no Saco-lão das Artes, Parque Santo Antônio na Zona Sul de São Paulo. A APROPUC apoia a iniciativa, e o jornal **PUC-viva** noticiará os acontecimentos na ocasião.

A política nos EUA e a eleição presidencial

Com a realização das eleições presidenciais americanas no final de 2012 vários debates já estão sendo realizados. Na PUC-SP, nesta segunda-feira, 12/3, das 19h às 22h, ocorrerá uma palestra com professor Alexander Keyssar, da Universidade de Harvard, um renomado especialista em

história da democracia, eleições e reformas eleitorais. A atividade será no auditório professor Paulo de Barros Carvalho, sala 239, no 2º andar do prédio novo. A promoção do evento é da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, do curso de Relações Internacionais e do professor Dr. Geraldo Zahran.

Livro sobre previdência social à venda na APROPUC

Está disponível na sede da APROPUC o livro *Devolvam nossa previdência - Privatização e Resistência*, dos autores Serge Goulart e Luiz Bicalho, da Editora Marxista, 1ª edição. O livro revela a "trajetória das reformas da previdência, a subserviência dos governos aos interesses do capital e a falácia da falta de recurso. Através da análise e explicação das leis, da

história na época, os autores buscam dar aos trabalhadores os argumentos necessários para resistir e preparar a luta pela revogação dessas reformas, defendendo a previdência pública e solidária". O valor do exemplar é R\$ 25,00 e a sede da entidade está localizada na Rua Bartira, 407 - Perdizes. Para maiores informações ligar para (11) 3872-2685.

AFAPUC tem reunião sobre Acordo Interno com a Fundasp

A diretoria da AFAPUC reuniu-se com a Fundação São Paulo na quinta-feira, 8/3, para iniciar a discussão do novo texto de Acordo Interno da categoria. O encontro serviu para que a Fundasp tomasse conhecimento das reivindicações administrativas para futuras negociações. Segundo o padre Rodolpho Perazzolo, secretário-executivo da Fundasp, a mantenedora

pretende cumprir as cláusulas econômicas da Convenção, que estabelecem reajuste através de uma cesta de índices. Quanto as demais cláusulas onde os funcionários sugerem modificações, a Fundasp deverá estudá-las e voltar a discutir nas próximas reuniões. Os funcionários marcarão uma nova assembleia nesta semana em data e hora a serem anunciados.

Drogas: uma guerra sem fim?

Nesta sexta-feira, 16/3, das 18h às 20h, no auditório Prof. Dr. Ricardo Hasson Sayeg (sala 100), no 1º andar do prédio novo, acontece o debate "Drogas: uma guerra sem fim? Objetivos, fracassos e alternativas à militarização". A atividade é promovida pela Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, o Curso de Relações Internacionais e o Prof. Dr. Reginaldo Nasser.

Como debatedores estarão presente Pedro Vieira Abramovay, mestrando em Direito pela Universidade de Brasília, Secretário Nacional da Justiça (2010) e professor da Fundação Getúlio Vargas (RJ) e Haroldo Ceravolo Sereza, crítico literário e repórter cultural do jornal *O Estado de S. Paulo*, e diretor de redação do *Opera Mundi* e da *Revista Samuel*.

Começam os procedimentos para a eleição para reitor

O professor Hélio Deliberador anunciou na última reunião do Consun o início dos procedimentos para a próxima eleição para reitor. Ainda em março a Pró-Reitoria Comunitária deverá escolher os nomes que comporão a Comissão Eleitoral, formada por três professores, três funcionários

e três estudantes. A Comissão elaborará a minuta de deliberação que tramitará no Ceecom e posteriormente no Consun. Habitualmente o processo eleitoral começa no primeiro semestre com as inscrições de chapa e logo no início do segundo semestre ocorrem as eleições.

Vídeo de David Harvey no canal da APROPUC do youtube

A íntegra do debate realizado no dia 27/2, no TUCA, com o sociólogo e geógrafo britânico David Harvey está disponível em vídeo no canal da APROPUC no YouTube (www.youtube.com/

apropuc). Além desse vídeo estão disponíveis diversos outros debates em que a APROPUC esteve envolvida como o debate sobre os 140 anos da comuna de Paris e diversos outros.